

Luiz Carlos Bresser-Pereira



“Somos uma democracia porque evoluímos com as cobranças da sociedade.”

Luiz Carlos Bresser-Pereira nasceu em São Paulo, em 1934. É economista e cientista social. Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo, fez MBA na Michigan State University, PhD e Livre Docência em Economia na USP. É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas. Foi professor visitante na Universidade de Paris I, no Departamento de Ciência Política da USP, no Nuffield College e no St. Antony's College, na Universidade de Oxford. Foi vice-presidente do Grupo Pão de Açúcar de 1963 a 1982, presidente do Banco do Estado de São Paulo em 1983 e secretário do governo Franco Montoro, em São Paulo, em 1985. Em 1987, no final do Plano Cruzado, foi ministro da Fazenda do governo José Sarney. Em 1995, foi ministro da Administração e da Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso e, em 1999, ministro de Ciência e Tecnologia. É membro fundador do Cebrap, editor da *Revista de Economia Política*, colunista da *Folha de S. Paulo* e membro do Conselho de várias empresas. Publicou inúmeros artigos e livros sobre economia brasileira e ciências sociais, traduzidos em diversas línguas.

Há um novo tipo de pressão sobre a economia brasileira: mudanças climáticas derivadas da emissão de gases de efeito estufa. O desafio de construir uma economia de baixa emissão de carbono implica numa mudança de paradigma no pensamento econômico?

Primeiro não se deve dizer que há uma crise gerada pelo problema do desenvolvimento sustentável. Não é uma crise, é um desafio. Dentro desse desafio acho que existe o problema do aquecimento global e, mais amplamente, o da proteção do ambiente em geral no país e no mundo. Em relação ao aquecimento global, não sou especialista, mas tenho lido

críticas muito fortes de cientistas afirmando que não há aquecimento global algum. Há controvérsia. Não me preocupo muito com isso porque, na dúvida, devemos tratar de limitar as emissões de gases de efeito estufa e ponto final. Para tanto, a cooperação entre os países é muito importante. Além disso, mesmo que o efeito estufa não exista, mesmo que os cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU estejam enganados, há necessidade de proteger a natureza porque é nela que vivemos. É importante que o Brasil coopere com os demais países na luta pela proteção do ambiente. Entendo que o país mudou de posição corretamente nas negociações climáticas. Quando o Protocolo de Kyoto foi negociado, o Brasil defendeu uma argumentação inteligente, mostrando não só que não éramos os maiores poluidores como tínhamos créditos. Por quê? Porque as emissões correspondiam ao débito acumulado durante duzentos anos pelos países ricos que se industrializaram antes de nós. Portanto, em Kyoto, reconhecemos o problema global, não estabelecemos metas para nós e defendemos que os países ricos deveriam estabelecê-las.

Aceitou-se o princípio da responsabilidade compartilhada mas diferenciada.

Isso. Depois, a posição extremamente pouco colaborativa dos Estados Unidos demonstrou que um dos motivos pelos quais eles não estavam dispostos a cooperar era justamente esse princípio de que os países em desenvolvimento não teriam responsabilidades iguais, por enquanto. Mas a evolução do debate levou o Brasil e a China — a Índia, que eu saiba, ainda não — a mudar de posição. É claro que não vamos adotar as mesmas metas dos países ricos, mas também somos responsáveis pelo clima. Temos que cooperar. O presidente Lula fez uma proposta, que alguns acham muito ousada, de diminuir as emissões de gases causadores do efeito estufa de 36% a 39% em relação ao que seria emitido em 2020 se nada fosse feito, e se a tendência ao aumento da emissão dos gases continuasse a ocorrer. Acho uma boa proposta, especialmente porque temos emissões importantes derivadas da destruição das florestas. Como temos interesse em defender a Floresta Amazônica em qualquer hipótese e já vínhamos fazendo esforços desde governos anteriores — lembro o quanto o governo Fernando Henrique lutou por isso —, a nova proposta me parece pertinente.

Há economistas que consideram que as mudanças climáticas são a maior e a mais abrangente falha de mercado jamais vista.

Eu acho que não faz sentido falar em falha de mercado. Para começar, é pedir do mercado algo que ele não pode dar. Tenho uma experiência pessoal sobre isso. Em 1981, o grande economista Nicholas Georgescu-Roegen esteve no Brasil e fez uma conferência na Faculdade de Economia e Administração (FEA), da USP, onde já tinha estado como professor visitante. Nela, apresentou uma análise baseada no seu livro *A economia e a lei da entropia*, que é um marco nessa história, afirmando que o problema do aquecimento global era grave e que precisávamos tomar providência, nós a humanidade. Um economista brasileiro que acabara de fazer seu doutorado em Chicago e um professor visitante japonês opuseram-se ferozmente ao Georgescu, defendendo o argumento de que o mercado resolveria o problema — o que é ridículo. Lembro do velho Georgescu, um pouco gordo, respondendo: “o que vocês estão pensando é *parochial*” (paroquial); “isso é uma tolice, coisa de quem não percebe nada”; “não estou pensando em mim mesmo, penso nos meus netos”. Eu achei muito interessante e o apoiei. Acabei ganhando um livro dele autografado. A meu ver o mercado não tem condições de resolver esse assunto. Acabou-se inventando um mecanismo de mercado que são os créditos de carbono. Acho melhor do que nada, mas também não resolve. O que resolveria mesmo era cobrar imposto sobre as emissões. Isso seria o correto.

A tecnologia e o engenho humano adquiriram a capacidade de alterar o planeta em uma fração do tempo histórico. Grandes mudanças não intencionais estão ocorrendo na atmosfera, nos solos e nas águas. Como o senhor vê a busca pela sustentabilidade? Moda? Ideologia? Necessidade?

É uma necessidade. Tudo indica que é uma necessidade, e é uma ideologia também, no sentido bom da palavra. Temos cinco grandes objetivos políticos, dos quais quatro são ideologias definidas historicamente pelas sociedades modernas. O primeiro, que veio da Antiguidade, é o da segurança e da paz. Depois, vem a liberdade e o liberalismo; depois, o desenvolvimento econômico e o nacionalismo; depois a justiça social e o socialismo, e, finalmente, a proteção do meio ambiente e o ambientalismo. Os últimos quatro são ideologias. Não há exatamente uma ideologia da segurança e da paz. Acho o ambientalismo muito importante. Muitos jovens que antes se preocupavam com o socialismo e com a justiça social

migraram para o ambientalismo, mas acho que deveriam ficar com os dois. Seria mais razoável.

Estamos sob um cenário climático desanimador, segundo os cientistas. Se o cenário business as usual continuar, em 2030 dispararemos um aquecimento superior a 2 °C, que deverá gerar mudanças climáticas. O senhor acha que a inovação tecnológica poderá mudar esse quadro, como mudou o prognóstico de catástrofe econômica antevista por Malthus no século XIX?

Essa é uma grande discussão, porque tem um pessoal que não acredita na existência do aquecimento global. Tem outro que diz que o aquecimento global existe, mas a tecnologia resolve e, portanto, não precisamos nos preocupar com economia de energia. E tem os que dizem que, além do uso tecnológico, é preciso economizar energia. Estou com esses últimos. Acho que temos de economizar, porque inclusive há muito abuso no gasto de energia, muito desperdício e, portanto, muita possibilidade de racionalizar.

O aumento das emissões de carbono está diretamente associado à arrancada de produtividade do capitalismo nos últimos cinquenta anos. Milhões de pessoas melhoraram de vida. Mas a crise ambiental também veio se agravando no século XX, com colapsos de ecossistemas e macroexternalidades como Minamata (1956), Three Mile Island (1979), Bhopal (1984), Chernobyl (1986) e Exxon Valdez (1989). Por que os alertas para os impactos colaterais dos processos econômicos não foram ouvidos?

Não estou de acordo, não. Acho que os alertas estão sendo ouvidos. Acho que o problema do meio ambiente foi colocado na pauta mundial e ganhou uma prioridade grande. O fato de não se ter chegado a um bom acordo nas negociações climáticas, em Copenhague, por exemplo, é grave, mas de certo modo esperado. O governo americano não estava ainda em condições de se comprometer com nada, porque dependia de uma decisão do Congresso que não foi tomada. A demora na solução do problema é mais ou menos esperável. Quando começaram essas discussões nos anos 1980, depois da Conferência de Estocolmo, em 1972, dizia-se que países como a China e a Índia jamais poderiam ter os padrões de consumo dos países ricos. Ouvi essa frase muitas vezes e pensei: qual a justificativa que qualquer um de nós tem para dizer aos chineses e aos indianos que eles não podem enriquecer? Acontece que realmente eles começaram

a se desenvolver, e de maneira rápida, e estão definitivamente dispostos a prosperar. Outro dia li um artigo do meu queridíssimo amigo Ignacy Sachs repetindo essa frase, de passagem. Ele conhece muito esse tema de o mundo não ter capacidade para suportar a China e a Índia consumindo o mesmo que os Estados Unidos. Tudo bem. Então, só há um jeito: diminuir o consumo de todo mundo. Só que pedir isso para chineses, indianos, bangladeshianos, paquistaneses, indonésios ou brasileiros me parece não fazer sentido. O problema que realmente se coloca é como redefinir padrões de vida aceitáveis para todos que impliquem em menos consumo de energia. Há, por exemplo, toda uma discussão muito interessante sobre cidades autossustentáveis. Uma ideia é misturar áreas de lazer, habitação, fábricas e escritórios nas grandes cidades, tudo próximo, em grupos, de forma que as pessoas possam morar perto do trabalho, o que diminuiria fortemente as emissões do transporte. O mundo vai ter de resolver esses assuntos.

Talvez a sociedade só se mova na beira da catástrofe — se tanto. As democracias de massa consideram os benefícios imediatos do crescimento mais importantes que ameaças futuras.

Veja, o país mais rico do mundo são os Estados Unidos e, paradoxalmente, são os que mais resistem a um acordo. Pode-se até acusar os indianos, mas acho que a maior responsabilidade é dos norte-americanos, porque querem continuar se desenvolvendo. Eles construíram uma sociedade incrivelmente desigual e os padrões de vida do povão, da classe baixa americana, são muito ruins, ainda. Há muito que melhorar. Se os americanos tivessem desenvolvido uma sociedade semelhante à sueca ou à dinamarquesa, com o padrão do norte da Europa, aí talvez você pudesse começar a dizer “agora vamos parar de crescer”. Aí, a ideia do crescimento desaparece, ou fica em segundo plano, e a ideia da qualidade de vida, a partir de um sistema de desenvolvimento sustentável, passa a ser a prioridade. Isso vai acontecer de um jeito ou de outro, porque vai haver pressão para tanto, mas ainda vai demorar. O problema todo é saber se vai acontecer a tempo de evitar uma desgraça ou depois de muitas delas acontecerem.

Muitos acham que a expressão “desenvolvimento sustentável” é um oxímoro, uma contradição em termos, já que não é possível desenvolver conservando. Economia e Ecologia podem ser ajustadas? O Georgescu-

-Roegen diz que a Economia será absorvida pela Ecologia a longo prazo. Muitos dizem que os economistas ignoram a termodinâmica porque não gostam de pensar na entropia do sistema.

Nunca pensei direito sobre esse assunto. O desempenho econômico resulta, em última análise, na melhoria dos padrões de vida materiais da população, e essa melhoria sempre aconteceu com um gasto muito grande de energia. Mas também percebemos que podemos ter níveis de qualidade de vida muito bons com um gasto muito menor de energia. É evidente que temos de caminhar para isso. Temos de caminhar para compatibilizar o desenvolvimento econômico, a melhoria dos padrões materiais de vida, com a sustentabilidade do ambiente. Acho que isso é possível, mas implica num processo de cooperação muito grande, e enquanto o mundo estiver dividido em Estados-Nações será complicado. A rigor, esse problema é o primeiro fato a exigir um Estado mundial. É por isso que as discussões se dão nas reuniões da ONU, onde há condições de elaborar tratados globais que tenham algum *enforcement*, alguma capacidade de execução.

A sustentabilidade é uma poderosa ferramenta de marketing. O termo virou uma panaceia, tão flexível quanto vago e impreciso. Como o senhor vê a onda de “maquiagem verde”?

A cooptação é uma resposta à ameaça. Nos anos 1960 apareceu a contracultura dos *hippies*. Algumas daquelas ideias foram cooptadas, viraram marketing e passou-se a ganhar dinheiro com elas. Neutralizou-se uma parte do caráter revolucionário da contracultura. Agora, com o meio ambiente, o que as empresas estão fazendo é parecido. É mais ou menos inevitável. Faz parte das regras do jogo. O importante é não se deixar enganar.

Em 1972, o relatório Limites do crescimento, do Clube de Roma, provocou polêmica por questionar a “ideologia do crescimento econômico”, mas suas previsões revelaram-se erradas. Hoje, há de novo economistas propondo uma “economia de não crescimento” para os países desenvolvidos. A sociedade pode abdicar da ideia de crescimento econômico?

Eu dou aulas também na França, e a França é um dos países mais ricos do mundo. A quantidade de pobres, lá, é muito grande. Nos Estados Unidos é muito pior, porque a distribuição de renda é pior. Como é possível deixar de crescer nessas condições? Alguém poderia dizer que, em vez de crescer, seria preciso distribuir, mas distribuir renda que não cresce

é muito mais difícil do que distribuir renda que aumenta. Se houver crescimento, você pode manter o padrão dos ricos e ir diminuindo a diferença dos pobres. Se não há crescimento, para melhorar a distribuição é preciso tirar dos ricos e passar para os pobres — e, Virgem Maria, isso é muito difícil! Acho que as teses sobre o decrescimento um dia vão acontecer, mas ainda é cedo para falar sobre isso. É prematuro.

O Relatório do crescimento, *da Comissão sobre Crescimento e Desenvolvimento, do Banco Mundial, afirma que há um “impasse conceitual” sobre como reduzir as emissões de carbono a níveis seguros até o meio do século, acomodando o crescimento dos países em desenvolvimento. A solução seria reduzir a dependência de carbono no crescimento global, promovendo a eficiência energética. Mas, ao mesmo tempo, para os países emergentes “alcançarem” a renda per capita dos países industrializados, o relatório sugere um crescimento anual médio de 5,7% na China, 5,3% no Brasil e 7,4% na Índia, até 2050. Como acomodar os custos socioambientais desse crescimento? Só a urbanização prevista para a China nos próximos anos é da ordem de mais 600 milhões de pessoas.*

Tudo indica que a conta não fecha. Mas o processo de cooperação para resolver o assunto vai aumentar, porque vivemos num processo de competição e cooperação. Essa é uma lógica fundamental. Aqui os agentes são os Estados-Nações e eles vão ser obrigados a cooperar mais. Sempre haverá o famoso problema do carona, do *free rider*, que pretende deixar que os outros façam o esforço e tentar pegar carona na história. Esse é um problema complicado num sistema de cooperação, mas creio que terá de ser feito.

Em 2035 o planeta terá 8 bilhões de pessoas, menos recursos e uma temperatura alguns graus centígrados mais quente. Já a população brasileira atingirá “crescimento zero” em 2039, com 219 milhões, e entrará em decréscimo, num país ainda rico de terra agriculturável, água e florestas. Temos tempo e recursos para completar a modernização da nossa economia?

Você faz duas questões. Em relação à demografia, não estou muito preocupado, porque a democracia vai ajudar. Vai ajudar porque, por volta de 2030, a população do mundo deixará de crescer e começará a diminuir. Vamos ter problemas relacionados com essa diminuição. Nos países mais ricos já é realidade. Alguns desses países, como a França, já fi-

zeram programas agressivos para aumentar a natalidade. O que é preocupante em relação ao aquecimento global não é o aumento da população, mas o aumento dos níveis de renda da população de todo o mundo, que, para continuar acontecendo, precisa de novas tecnologias. A segunda pergunta é sobre o Brasil. O Brasil realmente tem recursos naturais abundantes, e os está usando cada vez mais, expandindo sua economia. Eu, pessoalmente, você sabe, vivo numa briga. Acabei de publicar um livro chamado *Globalização e competição*,⁴⁷ no Brasil, nos Estados Unidos e na França, em que defendo fortemente que o Brasil adote políticas diferentes para crescer mais. Se você considerar de 2008 para 2010, enquanto a China cresceu 9,9% ao ano em média, o Brasil cresceu 3,2% — menos de um terço. Então, precisamos crescer mais para melhorar os padrões de vida da nossa população. Temos políticas erradas. E estão erradas porque são recomendadas pelos nossos competidores, que chutam a nossa escada. Hoje, quem está fazendo uma conferência aqui na Fundação Getúlio Vargas é o professor Ha-Joon Chang, autor do livro *Chutando a escada*.⁴⁸ Ele é um coreano-inglês que leciona em Cambridge. O livro mostra como os países ricos, quando viram a concorrência emergente dos países em desenvolvimento, passaram a dar conselhos sobre como se desenvolver, recomendando exatamente o oposto daquilo que eles próprios praticaram quando estavam no mesmo estágio de desenvolvimento — quando não continuam a praticar ainda hoje. Está claro para mim que, quanto mais cresço, mais crio problema ambiental. Mas digo que o problema ambiental precisa ser resolvido por todos juntos. Não aceito, em hipótese alguma, que os norte-americanos continuem no seu padrão de vida e eu seja obrigado, por algum acordo, entendimento ou pacto, a estacionar num padrão mais baixo. Há pouco escrevi um artigo na *Folha de S. Paulo* defendendo a discussão das metas de emissão de gases de efeito estufa *per capita*. Ninguém me disse ainda qual é o gasto *per capita* aceitável para o mundo de 2050, compatível com a sustentabilidade. Perguntei para uma pessoa em Genebra, muito envolvida em todas essas negociações, por que não conseguimos ver com clareza a emissão *per capita* que todos querem ver. Ela me disse que existem resistências violentas a pôr núme-

⁴⁷ Luiz Carlos Bresser-Pereira, *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*, Rio de Janeiro, Campus Elsevier, 2009.

⁴⁸ Ha-Joon Chang, *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, São Paulo, Unesp, 2004.

ros nessa história, especialmente por parte dos Estados Unidos — o que obriga os diplomatas a ficarem pisando em ovos.

A antropologia afirma que a liberdade é o resultado de uma relação de adequação entre a população e os recursos disponíveis. Quanto menores as sociedades, mais igualitárias. Quanto mais complexas e populosas, mais regras, controles e disciplinas. O Brasil será um dos países menos congestionados do futuro. Isso favorece o nosso crescimento?

Sem dúvida. O Brasil podia estar crescendo, se não como a China, pelo menos como a Índia. Não há razão para crescer menos. Agora, em 2010, estamos crescendo a 5%, mas não de modo sustentável. Com o endividamento externo que já começamos a acumular outra vez, não se sustenta. O Brasil poderia crescer 7% ao ano durante muitos anos e isso seria muito bom para os brasileiros. Temos condições ambientais para isso, além de todas as demais condições. Por que não crescemos? Não crescemos essencialmente porque não sabemos administrar a nossa taxa de câmbio. Mas aí é outra história.

Vamos falar dela. O senhor tem manifestado sua preocupação com a desindustrialização e o câmbio, cuja sobrevalorização inviabiliza parte das exportações industriais pela concorrência dos importados. O país tem obtido superávits com exportações de commodities. A especialização em produtos primários torna mais difícil gerar empregos para atender a expansão demográfica?

É mais ou menos isso. A ideia de transformar o Brasil na fazenda do mundo e a China na fábrica é ridícula. É uma violência enorme contra o Brasil. O desenvolvimento econômico implica transferir tecnologia para setores cada vez mais sofisticados, que geram um valor adicionado *per capita* maior e que pagam salários mais altos, na média. Você também pode se desenvolver elevando o grau de sofisticação tecnológica e de valorização *per capita* no seu próprio setor industrial, mas é implantando em novos setores que se desenvolve mais. Se nós, brasileiros, não neutralizarmos a “doença holandesa”, derivada da agropecuária e do ferro, e ficarmos só com esses produtos e o café, vamos crescer muito menos do que os outros países. Muito menos! Quando eu falo em neutralizar, penso num imposto em torno de 25% sobre esses bens, o que já resolveria o problema. Aí as pessoas me dizem: “não se preocupe, porque o *agrobusiness* está cada vez mais sofisticado”. É claro que o *agrobusiness* também

agrega valor. Mas, veja, são dois argumentos: uma coisa é agregar valor na produção direta de um bem — produzir cana-de-açúcar ou produzir soja —, outra coisa é valor adicionado — óleo de soja em vez de soja e açúcar refinado em vez de cana, que ninguém exporta mesmo. Todas as máquinas necessárias para produzir isso são feitas no Brasil. Ora, se você exporta em bruto e deixa a “doença holandesa” grassar, as máquinas tornam-se antieconômicas e você acaba importando máquinas de fora. Aí, sim, acabou-se. Você fica produzindo soja e ferro. É uma loucura completa! Mas pior ainda é deixar o Brasil virar um grande exportador de petróleo com o pré-sal. Aí, a loucura é total. O governo Lula não reconhece a existência da nossa “doença holandesa”, que é pouco grave, sem dúvida, derivada da soja, do café, da cana-de-açúcar e do ferro, uma “doença de 25%”, como eu chamo. Há “doenças holandesas” de 90% a 95% sobre o preço de venda. Nos Emirados Árabes, que neutralizaram a sua, o imposto sobre a venda de petróleo é de 98%. Ficar preso à agricultura, só à agricultura e mais nada, sem produção de máquinas, não faz sentido. Você vai acabar importando as máquinas, não vai dar emprego a essa gente que vem aí e o valor *per capita* da exportação vai ser baixo.

O pré-sal abre perspectivas econômicas e tecnológicas, mas também significa mais emissões de carbono e queima de combustível fóssil. Há quem veja ameaças aos avanços conquistados pelo país nas energias renováveis. O senhor teme a perda da vantagem competitiva da nossa matriz renovável?

O problema é o aumento do consumo de petróleo *per capita*. Esperamos que as tecnologias modernas reduzam isso. Agora, em quanto? Voltamos ao mesmo problema: para reduzir o consumo de petróleo precisamos de carros elétricos, ou seja, de tecnologia, de cidades melhor planejadas, de tecnologia urbana etc. Quando as inovações aparecerem, o consumo de petróleo vai começar a diminuir relativamente, mas continuará existindo, porque, enquanto for uma energia barata, será difícil pô-lo para escanteio.

O país precisa de investimentos em educação e infraestrutura para melhorar a competitividade e reduzir o “custo Brasil” agravado por estradas deficientes, portos congestionados, transporte ferroviário precário e falta de energia. O licenciamento ambiental frequentemente demonstra incompreensão da importância desses empreendimentos. Mas os relató-

rios de impacto ambiental apresentados pelas empresas revelam má vontade e desleixo com as externalidades. Como romper esse impasse?

Isso é uma dialética saudável. De um lado brigam porque os ambientalistas estão obstruindo, de outro gritam porque os empresários atropelam. É no processo político que as coisas se resolvem. A ideia de que há um ponto ótimo em que todo mundo chega a um acordo é fantasia. Claro que quando você faz uma lei ajuda, porque ela estabelece as regras do jogo e limita os conflitos. Não posso dizer se as nossas leis são boas ou não. Parecem razoáveis, talvez um pouco ambiciosas demais. Uma coisa que vejo com desagrado nesse processo são os representantes dos empresários, especialmente os do setor agropecuário, falarem o tempo todo em nome do interesse nacional, o que é um evidente exagero. Que defendam claramente os seus interesses, negociando ali, cedendo aqui ou não cedendo. É mais razoável do que tentar falar em nome do interesse nacional.

Economistas da Universidade de Princeton sugerem a existência de uma “curva ambiental de Kuznets” em que a poluição e os impactos ambientais cresceriam durante os estágios iniciais do desenvolvimento, mas, a partir da obtenção de certo nível de renda, estabilizariam e entrariam em declínio, junto com a intensificação da racionalidade ambiental. O senhor acha que, para “fazer o bolo crescer”, é inevitável gerar impacto ambiental?

Estamos, aqui, conversando o tempo todo sobre essa curva. Historicamente, o que aconteceu foi que houve um gasto de energia muito grande no processo inicial de industrialização. A partir dos anos 1970 começou a surgir a preocupação ambiental e, aos poucos, os países mais desenvolvidos, especialmente os europeus, conseguiram diminuir a curva e agora ela está baixando. Vai baixar mais. A curva é boa para explicar a dinâmica de um país rico. Mas há uma diferença: agora nós podemos usar as tecnologias que não estavam disponíveis para a Inglaterra na época da sua industrialização. Isso é uma vantagem para nós. As tecnologias de hoje são muito menos poluentes do que eram.

Então o Brasil estaria se aproximando da racionalidade ambiental?

Acho que sim. Pelo menos no governo Fernando Henrique isso estava muito claro. No governo Lula também está claro. Eles estão cumprindo essa agenda. Afinal, somos uma democracia porque evoluímos com as cobranças da sociedade.

Em 1972, quando eu tinha vinte anos, 1% da Floresta Amazônica havia sido desmatada. Em 2009, 18% da floresta já se foi. Pela lógica dos impactos do desenvolvimento da “curva ambiental de Kuznets”, esse destino seria inevitável?

Não, não. Eu acho evitável. Outra vez: a Europa e boa parte dos Estados Unidos, a França, a Alemanha e a Inglaterra eram florestas. Acabaram com tudo. Mas não precisamos acabar com tudo. Nós acabamos com a nossa Mata Atlântica aqui em São Paulo, mas agora é diferente. Quer dizer, existe uma consciência dos brasileiros de quererem preservar a Floresta Amazônica. Podemos nos desenvolver sem pôr tudo abaixo e converter a floresta em pasto ou plantação de soja.

O Brasil poderia criar uma “economia da floresta em pé”?

Já ouvi falar muitas vezes em “floresta em pé”, “floresta sustentável” e “exploração madeireira sustentável”, que é quando a empresa tira a madeira respeitando a regeneração natural da floresta. Já existem tentativas para aproveitar as biotecnologias e os serviços ambientais. Mas para tudo isso você precisa de muita regulação, regulação verificada, portanto precisa que o Estado seja o instrumento dessa política. Nós temos esse Estado. O Estado brasileiro, comparado a outros países do mundo do mesmo nível de desempenho econômico, é melhor que quase todos eles. Não adianta querer imaginar que seja possível resolver esses problemas estratégicos sem Estado. Ele é o instrumento de ação coletiva da sociedade.

Para que uma mudança de paradigma se concretize, muitos afirmam que os produtos e serviços deveriam ser precificados pelo “custo total”, embutindo no preço o custo das externalidades e dos impactos socioambientais. O problema é que, além de isso ser complicado, a precificação e a sustentabilidade custam mais caro.

A sustentabilidade custa mais caro, mas não é este o ponto. Há dois problemas para se embutir os custos das externalidades nos preços. Uma coisa é eu, pesquisador, fazer uma pesquisa para montar cálculos desse tipo. Não para fazer contabilidade, mas para fazer cálculos. Quando você vai calcular o custo do produto, tem de ver quanto custou mesmo. Se tenho um produto que tem uma externalidade negativa muito alta, o que faço? Ponho imposto em cima. Quando baixo o imposto, a externalidade vira imposto e aumenta o custo do produto. Assim, aproximo o custo real, ou seja, o custo econômico mais o ambiental, do custo contábil. Esta

proposta é viável, até certo ponto, por meio da imposição de impostos sobre os produtores que geram mais poluentes.

Na medida em que a ideia de sustentabilidade se difunde, aumenta o interesse pelo conceito de ecoeficiência. O que o senhor acha?

Ecoeficiência é tudo o que falamos aqui sobre tecnologia. Hoje está claríssimo, como não estava há cinquenta ou cem anos, que o desenvolvimento econômico e tecnológico é em grande parte um desenvolvimento que economiza energia e emite menos gases poluentes. Isso está muito claro para todo mundo. Já há impostos sendo criados e incentivos, como os créditos de carbono, que são uma solução útil, porém insuficiente. Isso já está acontecendo, aos poucos.

A agenda do presidente Obama pressupõe a retomada do crescimento econômico numa economia de baixa emissão de carbono. Isso significa uma nova fronteira científica e tecnológica e um novo tipo de infraestrutura econômica, como transportes elétricos, por exemplo. Como o Brasil pode se inserir nesse novo paradigma?

O Brasil já está inserido. Já estamos num mundo diferente. Não só o Brasil mas a maioria dos países está procurando soluções. Já surgiram políticas tratando da economia de energia e da diminuição das emissões de gases. Isso já está na agenda do governo, das empresas e da sociedade. Sabemos que é insuficiente por enquanto, mas o jogo está sendo jogado.

Há sinais de que o Congresso dos Estados Unidos está determinado a adotar tarifas de equalização de emissão de carbono contra Índia, China e Brasil se estes não adotarem metas de redução de emissões. O senhor acha que o aquecimento global pode se transformar em barreira comercial?

Pode. Mas, se os Estados Unidos adotarem, será tal escândalo que não vai se sustentar. Eles vão se isolar do resto do mundo. Não é viável. Volto a dizer: o importante é a emissão de gases de efeito estufa *per capita*. Isso é o que importa. A negociação dos acordos mostrará que os Estados Unidos emitem muito mais gases *per capita* do que é razoável. Não podemos cobrar que resolvam isso amanhã, mas teremos um número como parâmetro fundamental. Qual a quantidade de emissão de gás *per capita* total, viável, para um mundo com população estabilizada em 2030 ou 2040?

As ferramentas de análise econômica evoluem em velocidade compatível com a crise global? O presidente Sarkozy patrocinou uma revisão do conceito de Produto Interno Bruto. A preocupação excessiva do PIB com a métrica teria contribuído para desencadear a crise financeira de 2008, na medida em que desprezou os índices de endividamento das famílias e das empresas norte-americanas. Existe um “fetichismo do PIB”?

Sem dúvida existe um problema com o PIB, mas o mais lamentável é que, até agora, não se arranjou um substituto. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi um grande avanço, mas o IDH só é comparativo, não permite registrar crescimento e uma série de coisas. Não mede o progresso direito. Seria preciso desenvolver um índice simples como o IDH, mas que pudesse competir com o PIB. Atualmente, os economistas usam o IDH e também usam o PIB.